



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002374-35.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**  
 Embargante: **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
 Embargado: **Elisabeth Gomes do Nascimento Soares**

Prioridade Idoso  
Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de embargos à execução opostos pela **Fazenda do Estado de São Paulo** em face de **Elisabeth Gomes do Nascimento Soares**. Sustenta que a execução tem por objeto diferença de correção monetária de verbas remuneratórias pagas com atraso entre 1984 e 1994 a servidores do Tribunal de Justiça, denominada de Fator de Atualização Monetária – FAM e que há excesso de execução, pois (a) a embargada não deduziu os valores pagos administrativamente após a expedição da certidão que amparou a cobrança (b) devem ser excluídos quaisquer juros antecedentes à citação, e eles incidem apenas sobre o principal (c) deve haver a dedução de contribuição previdenciária e assistência médica.

A embargada manifestou-se (fls. 32/49) sustentando (a) que não recebeu qualquer valor no âmbito administrativo (b) que os juros foram aplicados em conformidade com a decisão final (c) que não deve haver dedução de contribuição previdenciária e assistência médica porquanto a verba tem natureza indenizatória.

Informação sobre pagamentos parciais no âmbito administrativo, às fls. 84/95.

Cálculo da contadoria às fls. 117/118.

Impugnações às fls. 121/128 e 131/132.

Pela decisão de fls. 136, determinou-se a elaboração do cálculo sem a incidência dos descontos previdenciários e de assistência à saúde.

Novo cálculo às fls. 151/154.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Impugnações às fls. 157 e 162/163.

Decisão de fls. 164/165.

Cálculo da contadoria às fls. 169/170.

Impugnações às fls. 173/17 e 175.

Novo cálculo às fls. 178/183.

Tanto a embargada (fls. 186), quanto a embargante (fls. 187), concordaram com o novo cálculo apresentado pela contadoria do Juízo.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Os embargos devem ser parcialmente acolhidos.

Sabe-se que, em execuções envolvendo o FAM, a Administração, no curso da ação, vem realizando pagamentos administrativamente. Por óbvio, devem ser descontados os valores daquilo que já foi objeto de pagamento após ajuizamento da ação principal, a fim de se evitar locupletamento indevido.

Comprovado que a Fazenda efetuou pagamentos, razão assiste à embargante, devendo tais valores ser abatidos da conta apresentada pela exequente.

De fato, no cálculo apresentado pela exequente constam valores que já foram pagos administrativamente, nos dias 01/05/2013 (R\$1,00) e 27/12/2013 (R\$7.619,00).

É certo que o pagamento parcial do débito se deu após o início do cumprimento de sentença pela embargada (28/11/2013 – fls. 10).

Quanto aos descontos de assistência médica e previdenciária, conforme restou decidido às fls. 136, não é possível acolher a tese da embargante, pois as quantias cujo pagamento é pretendido não foram pagas a seu tempo, apresentando, pois, caráter indenizatório e não remuneratório.

Nesse sentido:

APELAÇÃO – Embargos à execução de sentença – Excesso de Execução – Pagamento do Fator de Atualização Monetária – FAM – (...) - As parcelas relativas ao IPESP e IAMSPE não devem integrar a condenação, por se tratar de verba de natureza indenizatória, o pagamento à exequente não pode sofrer os descontos apontados pela


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

FESP, ainda que a título de contribuição previdenciária e de assistência médica – Sentença de procedência parcial mantida – Nega-se provimento ao agravo retido, bem como aos recursos oficial e voluntários da Fazenda do Estado embargante, e do autor-embargado, com determinação, de ofício, de exclusão da incidência da Lei nº 11.960/09. (Relator(a): Rebouças de Carvalho; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 9ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 24/08/2016; Data de registro: 24/08/2016).

Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os embargos e declaro o processo extinto com resolução de mérito, com base no art. 487, I do Código de Processo Civil de 2015, determinando que a execução prossiga pelo valor apurado pela contadoria às fls. 178/183. Ante a sucumbência recíproca, cada parte arcará com as suas custas e despesas. Em razão da vedação expressa do art. 85, §14, do NCPC, condeno cada parte a pagar ao patrono da parte contrária os honorários advocatícios, que fixo em 20% do valor atualizado da causa, nos moldes do art. 85, §3º, I, do Código de Processo Civil.

Para fins de expedição do ofício requisitório, deverá o credor observar o procedimento abaixo:

Com a implantação do novo Sistema Digital de Precatórios e RPV, nos termos dos comunicados SPI nº 64/2015 e DEPRE 394/2015, a solicitação de ofício requisitório deverá ser realizada exclusivamente por peticionamento eletrônico, através do portal e-SAJ, independente do formato da tramitação do processo principal, ou seja, digital ou físico.

Para tal finalidade, deverá o interessado, por petição intermediária protocolizada nos autos principais, utilizando a opção "Petição Intermediária de 1º Grau", solicitar a formação do Incidente Processual adequado, "Precatório" ou "RPV", conforme o caso, selecionando a Categoria adequada, onde informará os valores a serem requisitados, individualmente para cada credor, lembrando que o procedimento deverá estar devidamente instruído com cópia das principais peças dos autos originários.

Formado o incidente, os novos autos digitais serão encaminhados à conclusão para deliberação e, posteriormente, se em termos, expedição de ofício (Precatório ou RPV), que será encaminhado eletronicamente ao DEPRE para as providências cabíveis, até integral adimplemento.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**P.I.**

São Carlos, 27 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**